



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BALSAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2025**

À Comissão Permanente de Licitação

**PARECER JURÍDICO**

ANÁLISE JURÍDICO – FORMAL DE  
PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO  
– ART. 6º, XLI, DA LEI 14.133/2021.  
POSSIBILIDADE JURÍDICA DA  
CONTRATAÇÃO.

**1. RELATÓRIO**

Veio ao exame desta Assessoria Jurídica o presente Pregão Eletrônico nº 001/2025, instaurado nos moldes do Processo Administrativo nº 13/2025, com vistas ao registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das demandas administrativas da Câmara Municipal de Balsas/MA.

A modalidade escolhida para a contratação é o Pregão Eletrônico, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), aplicável no âmbito da Administração Pública, sendo admissível para a aquisição de bens e serviços comuns, o que inclui gêneros alimentícios.

Consta nos autos Documento de Formalização da Demanda (DFD), demonstrando a real necessidade da contratação e seu alinhamento com o planejamento institucional.

Consta ainda Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preço, Mapa de Comparação de Preço, Elaboração de Mapa de Risco, Termo de Referência, Minuta de Edital e anexos, que foram cumpridos na sua integralidade e inseridos ao processo administrativo, não identificado.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BALSAS**

em análise preliminar, irregularidades que comprometam a legalidade do processo.

Conta Sessão Pública com propostas iniciais, Participantes e Classificações, Composições, Habilitação, Proposta Readequada, Vencedores, Ata da Sessão, Resultado de Julgamento com Aviso de Resultado.

O Pregão Eletrônico resultou em duas empresas vencedoras, sendo elas a RG GOMES COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.753.843/0001-97 e PANDELIK SUPPORTING E-COMERCE LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.846.340/0001-85, cada uma sendo vencedora de itens distintos, sendo a primeira com valor total de R\$ 726.929,50 (setecentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos) e a segunda com valor total de R\$ 6.375,00 (seis mil, trezentos e setenta e cinco reais).

O Agente de Contratação, na condição de coordenador do processo, solicitou parecer Jurídico conclusivo. Na sequência, vieram os autos em gabinete.

Passo à análise.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

### **A. DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BALSAS**

abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem de questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7: A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Do mesmo modo, se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

## **B. DA ANÁLISE DO PROCIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, a regra geral é que as contratações de bens e serviços pela Administração Pública devem ser precedidas de processo licitatório.

O processo administrativo na modalidade Pregão Eletrônico a que este parecer se refere está alicerçado integralmente na Lei nº 14.133/2021, norma que, nos termos do seu artigo 1º, aplica-se aos entes da Administração Pública Direta, Autárquica e fundacional dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BALSAS**

A Câmara Municipal, como órgão integrante da estrutura do Poder Legislativo Municipal, está, portanto, subordinada às regras desta legislação federal, especialmente a partir do encerramento da vigência da antiga Lei nº 8.666/93, da Lei do Pregão nº 10.520/02 e do Regime Diferenciado de Contratações.

Observa-se que o processo foi formalmente instaurado com base nos princípios da legalidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e planejamento, todos expressamente previstos no artigo 5º da nova Lei de Licitações. Esses princípios, além de orientar o procedimento, constituem a espinha dorsal da atuação administrativa, assegurando que o interesse público seja preservado em todas as fases da contratação.

A escolha da modalidade de pregão eletrônico revela-se acertada e juridicamente adequada ao objeto em questão. Segundo o artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade própria para a contratação de bens e serviços comuns, assim definidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

O fornecimento de gêneros alimentícios, dado seu caráter padronizado e amplamente ofertado no mercado, enquadra-se como bem comum definidos no art. 6º, XIII, sendo, portanto, legítima e adequada a escolha do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação, em conformidade com o art. 17, §2º da referida Lei que estabelece a preferência por meios digitais como forma de garantir maior transparência, publicidade e competitividade ao certame.

No caso em apreço, verifica-se que o processo contém os seguintes documentos preparatórios:

Documento de Formalização da Demanda que demonstra a necessidade da contratação e sua vinculação aos objetivos institucionais da Câmara Municipal, atendendo aos critérios de necessidade, oportunidade e interesse público;

Estudo Técnico Preliminar que analisa o problema a ser resolvido, as possíveis soluções e a viabilidade da contratação, além de avaliar os riscos associados;

Mapa de Riscos da Contratação que antecipa possíveis eventos que podem comprometer o sucesso da contratação, subsidiando o planejamento e a gestão contratual futura;



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BALSAS**

Pesquisa de Preços e Mapa Comparativo com a devida justificação da metodologia adotada, os parâmetros utilizados e a coerência dos preços com os praticados no mercado;

Termo de Referência, documento essencial que delinea as condições técnicas, quantitativos, prazos, forma de entrega, critérios de aceitação, e demais elementos que conferem objetividade à licitação;

Minuta de Edital e Contrato elaborados com observância das cláusulas essenciais.

Todos esses documentos foram devidamente formalizados, inseridos no processo administrativo e evidenciam um planejamento criterioso e juridicamente adequado.

Quanto ao rito procedimental do Pregão Eletrônico, observa-se que todas as fases foram conduzidas nos termos da Lei Federal, com regularidade formal e material, ou seja, Publicação do Edital em meio oficial e eletrônico, com respeito ao prazo mínimo legal entre a publicação e a realização da sessão pública; Realização da Sessão Pública, com registro das propostas apresentadas, lances ofertados, critérios de julgamento adotados, e demais atos processuais; Habilitação dos licitantes, com verificação da documentação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, conforme exigências previamente estabelecidas no edital; Etapa de Readequação da Proposta Vencedora, que permite ao licitante vencedor ajustar a proposta para atender plenamente ao edital, sem alteração da vantajosidade; Julgamento e Classificação, com elaboração da ata da sessão, publicação do resultado e abertura de prazo recursal.

Todos esses elementos constam nos autos e demonstram a regularidade processual e a observância dos princípios da ampla concorrência, igualdade, publicidade e legalidade.

O Pregão Eletrônico resultou em duas empresas vencedoras, sendo elas a RG GOMES COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.753.843/0001-97 e PANDELIK SUPPORTING E-COMERCE LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.846.340/0001-85, cada uma sendo vencedora de itens distintos, sendo a primeira com valor total de R\$ 726.929,50 (setecentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos) e a segunda com valor total de R\$ 6.375,00 (seis mil, trezentos e setenta e cinco reais).



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BALSAS**

No presente certame, verifica-se que duas empresas distintas foram declaradas vencedoras, cada uma adjudicada com itens diversos, o que é legalmente permitido e plenamente justificado.

O critério de julgamento adotado foi menor preço por item, conforme autorizado pelo art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o qual permite que a Administração Pública avalie cada item de forma isolada, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para cada um deles.

No caso concreto, o edital previu expressamente a adjudicação por item, possibilitando que empresas distintas fossem vencedoras de itens distintos, conforme os resultados obtidos na etapa de lances e habilitação.

Essa prática, além de legal, observa o princípio da seleção da proposta mais vantajosa e potencializa a economicidade, ao permitir que cada item seja contratado com o fornecedor que ofertou o menor preço, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação e conformidade com o edital.

O Agente de Contratação atuou como coordenador do certame, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, sendo o responsável pela condução das fases da licitação, desde a elaboração dos documentos técnicos até a adjudicação da proposta vencedora.

Cumprindo sua função legal, solicitou a emissão de parecer jurídico conclusivo, conforme determina o art. 53, inciso I, como condição de validade da contratação pública, conferindo maior segurança jurídica ao procedimento.

Conforme exame realizado, os elementos jurídicos essenciais estão presentes, e não se detecta afronta a princípios constitucionais ou legais.

### **3. CONCLUSÃO**

À luz da análise técnica e jurídica empreendida, esta Assessoria Jurídica não identifica vícios ou irregularidades que comprometam a legalidade ou a validade do Pregão Eletrônico nº 001/2025, consubstanciado no Processo Administrativo nº 13/2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BALSAS**

Assim, opina-se pela regular homologação do certame, com posterior formalização da Ata de Registro de Preços, observando-se a adjudicação dos itens às duas empresas vencedoras, nos moldes do edital e do Termo de Referência.

É o parecer.

S.M.J.

Balsas/MA, 21 de março de 2025.



Cristiano Rego Coelho

Procurador